

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS,
SERVIDORES PÚBLICOS E SEGURANÇA PÚBLICA.

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezesseis, no Salão do Plenário, às dezenove horas e dez minutos, o Presidente da Comissão de Serviços Públicos, Servidores Públicos e Segurança Pública, Vereador Meirelles, declarou aberta a presente Audiência Pública que irá tratar sobre a disponibilidade de recursos financeiros para o pagamento dos servidores do Município de Petrópolis, conforme Edital nº: 001/16. A seguir, passou a composição da Mesa Principal, convidando os Vereadores Roni Medeiros, Luizinho Sorriso, Silmar Fortes e Anderson Juliano, o Professor Francisco Eckart - representando a APM; o Senhor Osvaldo Magalhães - Presidente do SISEP; a Senhora Rose Silveira - Coordenadora do SEPE; a Doutora Denise Nunes de Moura - Corregedora representando a OAB de Petrópolis; a Senhora Silvia Martins de Souza - Presidente da União dos Aposentados da Prefeitura - UNAPO; a Doutora Juliana Cintra de Oliveira - Advogada do SISEP; o Guarda Civil Luiz Fernando Neiva - representando a Guarda Civil de Petrópolis e o Senhor Roberto Rizzo - representando a Comissão de Transição de Governo. Dirigiu-se às demais pessoas presentes no Plenário, dizendo que a presença das mesmas é tão importante como a das pessoas que estão compondo a Mesa. Registrou que esta Casa hoje abre suas portas para tratar de um tema de grande relevância, pois discutirá sobre a disponibilidade de recursos financeiros para o pagamento dos servidores do Município de Petrópolis. Informou que certa vez ouviu uma regra de um marinheiro que dizia que existe uma regra clara quando você está dentro de uma embarcação, que quando essa ameaça a afundar a principal regra é que os tripulantes e os seus passageiros se mantenham com tranquilidade, pois se assim não agirem corre-se o risco de se agravar a situação, e usa esse exemplo no sentido de que temos várias representações de categorias, funcionários públicos, pais e mães, pessoas que têm o seu trabalho como forma de sustento, portanto é um assunto de grande relevância o qual temos que ter compreensão um com o outro e respeito, para que saíamos com um resultado satisfatório. Disse que essa audiência foi definida há alguns dias, uma vez que é uma grande preocupação dos Vereadores a questão dos vencimentos dos servidores do município e passou a ser mais contundente a partir do momento em que o próprio Secretário Municipal de Fazenda, Senhor Paulo Roberto Patulêa, disse, em uma coletiva de Imprensa, que a Prefeitura de Petrópolis não possuía dinheiro em caixa para o pagamento do 13º salário do funcionalismo, informação que chegou ao conhecimento desta Casa. Lembrou que o Sindicato dos Servidores Públicos de Petrópolis recorreu à 4ª Vara Cível, através do Juiz Dr. Alexandre Teixeira, que determinou, por liminar, o arresto do pagamento integral desta

gratificação natalina tanto para os servidores ativos quanto os inativos. Esclareceu que esta Casa é constituída por várias Comissões, como a de Educação, Saúde, dos Servidores Públicos, cada qual abordando o seu tema e estranhou a ausência de diálogo dentro do ambiente político e institucional do Executivo para com a Casa Legislativa no que tange a essa questão específica. Disse que foi feito um acordo político e o Vereador Anderson apresentou um requerimento de convocação dos Secretários de Fazenda, Administração e Planejamento e do Presidente do INPAS, para que pudessem apresentar o quadro atual, prestando esclarecimentos aos servidores com clareza e sem intermediários. Destacou que hoje já temos um fato concreto, que é o pagamento da 1ª parcela do 13º salário, sendo que na ocasião da convocação desta audiência não tínhamos essa certeza, então o objetivo era que eles viessem aqui e, com transparência, informassem aos servidores qual é a real situação econômica do município, para que ainda que fosse uma notícia ruim, de que não haveria recurso suficiente para cumprir com as obrigações trabalhistas neste mês, que os servidores tivessem condições de se planejar se, de fato, haveria recurso para cumprir suas obrigações ou não. Registrou que dos quatro convocados do governo, o Senhor Robson Cardinelli, Secretário de Planejamento, apresentou atestado médico e os Senhores Paulo Roberto Patulêa, Carlos Henrique Manzani e Paulo Marcos Reis, utilizaram-se de uma liminar concedida em data passada onde esta Casa, em uma Audiência Pública da Comissão de Educação, convocou estes secretários para comparecerem e os mesmos, naquela ocasião, fizeram dos seus direitos indo à Justiça que concedeu uma liminar. Destacou que os três convocados utilizaram-se da liminar antiga alegando que o fato é análogo, é igual ao da audiência que eles não compareceram através de força judicial e nesse sentido este Vereador pede permissão para expressar sua opinião. Disse que na sociedade nós vivemos cercados por regras, jurídicas e morais, e a partir do momento em que os secretários foram convocados, onde o Plenário, em sua maioria, assim decidiu e aprovou, inclusive com mudanças de alguns termos desse documento em acordo com o Líder do Governo, um acordo respeitoso entre os Vereadores Anderson e Thiago, este Vereador entende que legalmente eles agiram de forma errada, mas pior na questão moral que tem muito mais peso na sociedade do que a própria lei transcrita em um papel, faltou moralidade do acordo que foi feito nesta Casa, porque acordo é para ser cumprido, faltou coragem e faltou respeito por parte do Executivo para com a categoria dos Servidores Municipais, pois poderiam estar trazendo as informações precisas do quadro atual do sistema financeiro do município e podendo dar expectativa de, ao menos, um planejamento financeiro familiar. Lamentou muito a ausência desses componentes do Executivo, pois em um tema tão relevante demonstraram a menor preocupação com a transparência e a informação com os servidores públicos, que são a ferramenta de atendimento da população petropolitana. A seguir, convidou os Senhores Carlos André do Amaral, Vice-Presidente do Sindicato dos Fiscais de Petrópolis e Victor Hugo Machado Gomes, Advogado do Sindicato dos Fiscais de Petrópolis, para fazerem parte da Mesa

Principal. Designou o Vereador Roni Medeiros como secretário desta audiência. Esclareceu a dinâmica das Audiências Públicas, informando que, de acordo com a Resolução 88 de 2016 após a exposição dos trabalhos, os participantes terão quinze minutos para se apresentarem expondo seus posicionamentos e inclusive formulando perguntas aos demais componentes da Mesa. Registrou que como o tempo é escasso e, com a anuência de todos da Mesa, foi determinada a redução desse tempo para cinco minutos para cada componente. A seguir, passou a palavra ao Vereador Roni Medeiros que, primeiramente, lamentou a ausência dos secretários que, mais uma vez, tratam a questão do funcionalismo público com descaso, não dando a certeza de que todos nós precisamos. Disse esperar que o governo que se inicia no dia 1º de janeiro tenha a real atenção que tanto necessitam e que, de certa forma, dê uma resposta com relação ao enquadramento e como vão ficar todas as reivindicações. Ressaltou que espera que cheguem a um acordo o mais breve possível. Dando prosseguimento, usou a palavra o Professor Francisco Eckart, representando a APM, que lamentou muito por chegar a esse momento. Disse que o município tem o ordenamento de um planejamento e está estarecido porque no momento não tem a reserva necessária para fazer os pagamentos dos funcionários, lembrando que funcionário é a coisa mais importante que existe, pois é o que realmente faz as coisas acontecerem. Com relação à questão política, disse que temos que verificar que quando somos políticos estamos representando um todo, temos que trabalhar de maneira com que todas as coisas aconteçam de forma correta. A seguir, o Presidente passou a palavra ao Senhor Osvaldo Magalhães, Presidente do SISEP, que registrou que essa audiência é muito importante porque é colher informações para ações da Assessoria Jurídica, é importante para prestar conta à categoria, já que ao longo desses dias a categoria ficou perdida e o sindicato teve que tomar algumas medidas que hoje a sociedade pode sofrer, que é o remédio do arresto. Destacou a importância de se manter a saúde, a educação e a infraestrutura funcionando e para isso é necessário pagar em dia os seus funcionários, e hoje algumas pessoas da sociedade não entendem nossa posição de que está sendo feito o arresto de remédio, o arresto do PAC de encosta, mas é necessário a sociedade pensar que sem o servidor do povo, a infraestrutura do município não anda, portanto tem que manter, pelo menos, o salário em dia. Registrou que é muito importante as associações e os sindicatos entenderem a nossa posição. Registrou, ainda, que é hora de perder a vaidade política sindical ou associativa, é hora de estar junto, defendendo todo o servidor. Disse que no ano que vem o sindicato estará muito próximo da educação, porque terá que rever junto com o SEPE com relação às trinta horas e ao reenquadramento funcional da área de educação que o próprio SEPE entrou na Justiça. Informou que hoje venceram uma batalha que foi o pagamento da 1ª parcela. Destacou que seria muito importante a presença dos membros do governo, porque os sindicatos poderiam colher informações concretas para poder embasar o processo judicial contra a Prefeitura. Registrou que está preservando o serviço público em andamento. Registre-se que foi entregue a Comissão, através da Dra. Juliana, cópia de inteiro

teor do arresto das contas do município. A seguir, usou a palavra a Dra. Juliana Cintra de Oliveira, Advogada do SISEP. Antes, porém, o Presidente, Vereador Meirelles, deixou um questionamento se, de fato, o arresto obtido junto à Justiça garante a 1ª parcela do 13º salário ou se nessa mesma ação já vale até o cumprimento da 2ª parcela? A Dra. Juliana informou que desde o início dessa história foi designado pela diretoria do sindicato para que fizéssemos de tudo, procurássemos a melhor ação e tentássemos conseguir uma medida mais eficaz e mais rápida para que conseguíssemos pegar dinheiro do Poder Público e pagar todos os servidores, tanto que na ação foram incluídos todos os entes públicos, inclusive a própria COMDEP. Registrou que no dia 28 de novembro, em razão da coletiva de Imprensa, a diretoria do sindicato também foi convidada e de lá o Presidente do Sindicato entrou em contato afirmando que estava sendo dito que o 13º não ia ser pago e por isso já era para preparar, de forma rápida e eficaz, uma ação que pudesse exigir esse pagamento. Informou que saíram do sindicato às três horas da manhã e no dia 29, antes do vencimento da 1ª parcela, conseguiram distribuir a ação e pediram uma mais abrangente, tipo uma liminar, que hoje se fala que é uma tutela antecipada e nessa ação solicitaram o pagamento do salário como um todo do 13º abono natalino, até porque já estava dito na Imprensa que não havia dinheiro e que não ia ser pago e como não tínhamos os valores que o município devia aos servidores de forma concreta foi solicitado pelo Juiz que apresentássemos esse valor, tendo feito uma contrainformação ao Juiz para que ele solicitasse que o próprio município apresentasse esses valores, porque somente ele possuía, tendo o Juiz determinado isso prontamente com o nosso pedido. Registrou que a folha de 13º hoje é de R\$ 34.665.601,47 e o sindicato implorou ao Juiz que fosse feito o arresto de forma completa, integral, pois o sindicato tinha medo de que o valor fosse gasto com outros pagamentos e não conseguíssemos o valor até o dia 20 de dezembro e o Dr. Alexandre, novamente sensível a causa, sensível a família dos servidores, proferiu a decisão dando o arresto de forma total, tanto que no processo que foi entregue à Presidência tem o Bacenjud, ou seja, é o sistema do Tribunal de Justiça que todos os Desembargadores e Juízes têm, onde, através do CNPJ, conseguem saber o que existe nas contas, tanto que nesse sistema ele fez o arresto dos R\$ 34.665.601,47 valor integral. Disse que ele achou cinco contas através do CNPJ e nessas conseguiu achar o valor da metade da parcela mais R\$ 433.000,00, e o município entrou no processo e tentou desbloquear esse valor e imploraram ao Dr. Alexandre que ficasse para a 2ª parcela e ele atendeu. Destacou que o sindicato solicitou ao Juiz que entre em outras contas do município que foram descobertas, pois existem outras contas com outros CNPJ's. Informou que o Judiciário tem os CNPJ's normais e como ele entende que o município é o ente maior e é o responsável por todas as outras áreas quando ele jogou o arresto jogou no CNPJ do município e aí achou cinco contas. Registrou que existem outros CNPJ's inclusive de Fundos, mas são verbas destinadas para algumas coisas. Relatou que solicitaram ao Juiz que ele faça o Bacenjud em todas essas contas e esse procedimento está sendo analisado,

além disso fizemos vários pedidos para ele, que o Juiz possa solicitar ao município que diga que verbas que vão entrar daqui para frente. Solicitou, também, que o Juiz faça o arresto diariamente para continuar bloqueando e aumentando esses R\$ 433.000,00 que já tem lá para pagar a 2ª parcela que vence no dia 20. Disse que esse processo só termina quando efetivamente todo o 13º for pago a todos os servidores. Registrou que o SISEP está atuante no processo, está pensando no bolso do servidor. Dando continuidade, o Presidente passou a palavra para a Senhora Silvia Martins de Souza, Presidente da União dos Aposentados da Prefeitura, que agradeceu aos Vereadores que estão dando apoio e colaboração. Disse que é muito triste ouvir de cada funcionário inativo ou ativo, chegar na entidade pedindo e, infelizmente, não poder atender. Ratificou suas palavras com as da Dra. Juliana, do Osvaldo e do Francisco. Disse ter a certeza de que o próximo governo dará mais atenção a classe dos funcionários públicos tão sofrida em todo Brasil. A seguir, usou a palavra o Senhor Carlos André do Amaral, Vice-Presidente do Sindicato dos Fiscais de Petrópolis que, inicialmente, lamentou por terem que estar aqui para tentar obter esclarecimentos, que, de modo algum, seriam necessários se tivesse havido responsabilidade do Executivo. Lamentou, também, a ausência dos representantes do Executivo que, no mínimo, é uma enorme deselegância com todos que estão aqui presentes. Disse que essa seria uma oportunidade valiosa para que pudessem esclarecer o que está acontecendo no nosso município, pois ninguém sabe, de fato, o que está ocorrendo. Registrou que essa ausência é de todas as formas lamentável, mas isso dá o direito de supor o que quisermos. Destacou que as explicações seriam discutidas, debatidas, analisadas, mas que viessem aqui, porque quando querem pedir o nosso voto eles aparecem. Ressaltou que o Sindicato dos Fiscais em todas as oportunidades, que nesse governo foram poucas, apresentou diversas hipóteses, soluções que podiam ser analisadas pelo Executivo para tratar dessa crise, da questão da receita, da arrecadação e dos gastos e, infelizmente, nenhuma delas foi sequer analisada. Disse que, infelizmente, em nenhuma das vezes não quiseram sequer analisar, não sendo por falta de propostas. Perguntou à Dra. Juliana se nessa ação cabe um aditamento para se incluir nessa ação a reserva e a garantia também do pagamento de dezembro, uma vez que a ação se encerra com o pagamento do 13º, se ela pode ser aditada para se garantir o pagamento do mês. O Presidente, Vereador Meirelles, convidou para compor a Mesa dos Trabalhos o Senhor Renan Campos, Coordenador da Equipe de Transição do Prefeito Eleito Bernardo Rossi. A seguir, parabenizou as palavras do Senhor Carlos André, palavras sábias e muito bem colocadas em relação à ausência dos componentes do Executivo. Disse que essa ausência nos dá o direito de imaginar qualquer coisa, aliás com essa ausência este Vereador vai estar muito mais preocupado do que já estava anteriormente. A seguir, passou a palavra ao Guarda Civil Luiz Fernando Neiva que disse que existe uma Lei Municipal nº: 5.170 de 1995 e ela só foi cumprida por decisão judicial, um absurdo ter que ser cumprida em 2016 e o Juiz da 4ª Vara Cível quando definiu isso ele disse que não precisava o Município de Petrópolis ter

administrador, uma vez que tudo que é criado pela Prefeitura não é cumprido, era uma judicialização da administração pública e tudo que foi conquistado, a princípio, sempre foi por determinação judicial e isso é muito triste, mas é a realidade. Registrou que roda como Guarda em alguns municípios da Baixada Fluminense e vê a quebradeira dos mesmos, mas isso não é desculpa para ninguém, e como também faz a vigilância do patrimônio público municipal vê o aumento dos atendimentos de pessoas da Baixada Fluminense que não devemos discriminar nunca, pois o SUS é um só para todo mundo, mas sobrecarrega. Registrou que acha que a Prefeitura, em um todo, deveria diminuir o número de comissionados, pois eles trabalham na campanha de A, B e C com interesse financeiro. Disse que deveria diminuir os cargos em comissão, distribuindo melhor os valores. Dando prosseguimento, usou a palavra o Vereador Anderson Juliano que disse que essa audiência está acontecendo depois de uma paralisação da categoria na escadaria da Câmara pelo conjunto do funcionalismo público e no dia seguinte ocorreu uma reunião com alguns representantes onde se agendou dia e hora. Informou que entrou com um Requerimento de Convocação dos Secretários para que viessem dar apenas explicações. Citou alguns Artigos da Lei Orgânica Municipal, que é a constituição do município, que no seu Artigo 38 o caput diz: “São da competência exclusiva da Câmara Municipal entre outras previstas na Lei Orgânica, inciso 15º, convocar Secretário Municipal para prestar pessoalmente informações sobre matéria previamente determinada e de sua competência abrasando dia e hora para o comparecimento. Artigo 88 da Lei Orgânica o caput: Além das atribuições fixadas em lei compete aos secretários, diretores e cargos equivalentes, inciso 4º, comparecer a Câmara Municipal sempre que convocados pela mesma para prestação de esclarecimentos oficiais, parágrafo 2º, a infringência ao inciso 4º deste Artigo sem justificção importa em crime de responsabilidade nos termos da Lei Federal. Pediu que a Mesa Diretora, através do seu Jurídico, abra um processo de crime federal por não cumprimento da Lei Orgânica Municipal. Disse que quando há um desrespeito a esta Casa costumamos dizer o seguinte: A Câmara é a Casa do povo, porque o povo é representado pelo Parlamento, quem representa o povo brasileiro não é o Presidente da República, é o Parlamento, sendo ele bom ou ruim e quem representa o povo de Petrópolis é a Câmara Municipal, não é o Chefe do Poder Executivo. Ressaltou que este Vereador teve que mudar o requerimento, pois o Vereador Thiago Damaceno não tinha gostado da redação, enxugaram o requerimento para que eles pudessem vir e o Vereador Thiago garantiu, em Plenário, a presença deles e garantimos que o debate seria no campo das ideias, que não seriam “linchados”. Disse que um deles é servidor público concursado e isso é importante, porque existem secretários da nossa cidade que são servidores e daqui uns dias vão deixar de ser CC e vão exercer suas funções e questionou que moral que essa pessoa vai ter para reclamar lá na frente sobre qualquer coisa. Disse que temos uma administração pública, infelizmente, desregrada, que não tem capacidade administrativa e de gestão e que as pessoas não têm princípios. Registrou que princípio não

dá para mudar, porque se mudarmos entramos na regra de vale tudo e o que a administração pública e alguns secretários estão fazendo é o vale tudo, eles não dão uma informação a esta Casa. Disse esperar que essa Audiência Pública se desdobre em ações concretas de organização e de luta dos trabalhadores para garantir a subsistência. Esclareceu que não estamos debatendo aqui hoje reajuste, conquista, enquadramento e incorporação, mas, sim, debatendo somente a subsistência familiar, alimentar do servidor público. Registrou que o escopo dessa audiência deve ser no sentido de travar lutas em todas as esferas para garantir a condição alimentar dos servidores públicos. O Presidente, Vereador Meirelles, informou que enquanto essa audiência está transcorrendo, o Jurídico da Câmara se encontra reunido avaliando as medidas legais e necessárias, não só quanto ao não comparecimento dos convocados, como as ações seguintes inerentes a essa questão. Dando continuidade, passou a palavra para a Senhora Rose, Coordenadora do SEPE, que agradeceu às pessoas presentes que estão sempre nessa batalha lutando pelos seus direitos contra esse governo covarde, que persegue e que luta contra os servidores. Ressaltou que o não comparecimento deles não surpreende em nada, porque todas as audiências que provocou não compareceram em nenhuma. Salientou que se tivesse tido a dignidade de ainda em janeiro ter chamado os servidores para colocar a situação, para ver como iriam gastar e como fazer para sobreviver até o final do ano, hoje não estaríamos vivendo essa lamentável situação. Destacou que esse governo preferiu inchar cada vez mais a Prefeitura com cargos em comissão, com gente que recebe sem trabalhar e com gente na Secretaria de Educação recebendo sem dar aulas. Registrou que tem nojo desse governo que usa uma liminar passada, vencida, para não vir a esta Casa dizer onde gastou o dinheiro. Questionou onde está o dinheiro do FUNDEB... da Gráfica Serrana... Ressaltou que quem não tem dinheiro não pode gastar R\$ 500.000,00 com a contratação de Coral. Desejou que o próximo governo dê voz aos servidores e aos sindicatos, pois só assim construiremos uma cidade. Relatou que possui um empréstimo consignado na Caixa Econômica Federal e no dia 30 do mês passado teve a sua parcela descontada em seu contracheque, mas a Caixa não recebeu o valor referente a esse desconto e agora está lhe cobrando o empréstimo. Registrou que além de tudo, há meses, estão passando pela humilhação do vale-transporte e que é descontado do salário. Disse que tem merenda empenhada, que não foi paga e óbvio que o dinheiro também está sendo usado. Comentou que as pessoas contratadas pelas escolas não irão receber tão cedo, quem prestou esses serviços foram enganadas por este governo. Relatou que as diretoras das escolas empenharam seus CPF's nos contratos e serão processadas individualmente e não podemos permitir que a Secretaria de Educação engane essas diretoras, porque era obrigação da Prefeitura ter chamado os concursados, mas colocaram gente para trabalhar sem receber e muito mais grave sem descontar o INSS, além da Contribuição Sindical, que não foi paga em nenhum mês. Deixou como proposta os Jurídicos das categorias se reunirem amanhã ou segunda-feira para entrarem com ações conjuntas, pois é interesse de todos. A seguir, o

Presidente, Vereador Meirelles, lembrou que no início dos trabalhos havia dito que o objetivo principal era buscar as informações junto ao governo para que soubéssemos, de fato, como ocorrerá o pagamento da próxima parcela do 13º salário e o pagamento no final do mês, questão essa totalmente prejudicada pela omissão e ausência dos membros do governo. Destacou que existe uma preocupação muito grande do momento atual, pois se tudo der certo e forem arrestados os valores, os funcionários públicos estarão atendidos em seu justo pleito. Registrou que preocupa muito a esta Casa a situação financeira nos próximos meses, pois a futura administração estará arcando com o remanejamento dessas verbas para outra finalidade e, por lei, o administrador do erário público, não importa quem seja ele, tem que repor esses valores e preocupa que o próximo governo já inicia sua administração de forma desesperadora em função do quadro econômico que vai estar assumindo. Dando prosseguimento, passou a palavra ao Vereador Silmar Fortes, que disse que temos que ser fortes com tudo que está acontecendo na cidade. Ressaltou que é responsabilidade de todos que estão aqui, porque temos que banir essa prática do município. Registrou que o que está acontecendo no Estado e na Nação é uma total irresponsabilidade e falta de competência com o Orçamento, com o dinheiro público. Parabenizou os servidores e as entidades por estarem aqui na luta por um direito que é constitucional, já que o trabalhador tem direito ao seu salário no final do mês e direito ao 13º salário e os governos não cumprem. Disse que está de “saco cheio” de desculpa esfarrapada, pois está na Câmara há seis anos com diversas audiências e a ausência do Poder Público foi constante o tempo todo, sendo uma falta de respeito com a população, sendo uma atitude covarde e vergonhosa. Registrou que temos que ter atitudes mais firmes. Disse que o Prefeito não foi competente, não foi responsável com a questão fiscal e orçamentária, portanto temos que penalizá-lo. Fez uma proposta de uma reunião com a equipe de transição e com o futuro Prefeito para fazermos uma agenda, pois temos questões de triênios, de aposentadorias, de enquadramento e de cargos em comissão, uma longa agenda. Registre-se que o Vereador Roni Medeiros assumiu a condução dos trabalhos. Convidou a Senhora Denise Nunes, da OAB, para fazer uso da palavra. Disse, em nome da OAB, que é lamentável a ausência do Poder Executivo e isso traz uma decepção muito grande, porque nós advogados somos tidos como guerreiros e esperava que o Executivo estivesse aqui para, pelo menos, dar uma satisfação e isso decepciona. Registrou que o Executivo desrespeitou por completo uma classe de servidores tão especiais e isso traz prejuízo a toda a sociedade. Registrou, ainda, que a OAB tem como cunho praticar, proteger, cumprir e fiscalizar a lei e colocou-se à disposição dos servidores. Disse que a OAB, como entidade, tem condições de propor ações civis públicas e está aberta a isso. Desejou que o novo governo respeite o servidor como pessoa e venha a fazer aquilo que é necessário pelo município. Registre-se que o Presidente, Vereador Meirelles, reassumiu a condução dos trabalhos e aproveitou para dizer que a OAB é uma entidade que goza de grande credibilidade junto à sociedade e reconhece o valor da OAB que tem sido uma parceira em todos os

momentos. A seguir, usou a palavra o Senhor Renan Campos, Coordenador de Equipe de Transição do Prefeito Eleito Bernardo Rossi, que disse que durante essas últimas semanas de transição seu nome tem sido citado nos jornais porque tem dado declarações em nome da equipe de transição. Disse que mesmo em um fim de mandato, o gestor público e os secretários, mesmo que não tivessem sido convocados, deveriam estar aqui para prestar esclarecimentos. Registrou que a falta de respeito não é só com o funcionalismo e com esta Casa, mas, sim, com a cidade, com a população, pois essa audiência é para tratar da questão do funcionalismo. Registrou que temos diversos problemas relatados, como o rombo da COMDEP e CPTRANS, as dívidas, o rombo da Prefeitura, sendo ainda mais complicado quando não vemos um membro do governo que possa esclarecer as dúvidas. Relatou que estão tendo dificuldades para obter informações, até as mais básicas, como organograma das secretarias e esclarecimentos sobre a atual situação da Prefeitura. Destacou que a Prefeitura está com uma crise gigantesca. Dirigiu-se aos servidores, dizendo que eles são o coração da cidade, trabalham em diversas áreas que se forem paralisadas, paralisam a cidade por completo. Disse que há mais de vinte anos a primeira parcela do 13º era paga entre os meses de junho e julho e questionou qual a justificativa que temos hoje que leva a atual gestão a não efetuar o pagamento do funcionalismo? Disse que há um desequilíbrio grave, não só na forma de gerir a cidade como as próprias contas e isso afeta todo o planejamento para o ano que vem. Destacou, mais uma vez, que tem sérias dúvidas, como Coordenador dessa equipe de transição, de como ficará a situação do pagamento de dezembro, mas até hoje não obtiveram resposta. Informou que visitou algumas Prefeituras e pôde ver que os Prefeitos para honrarem o pagamento do mês cortaram cargos comissionados. Registrou que o plano de governo ouviu o funcionalismo, além de muitas áreas da cidade. Ressaltou que o início do governo não vai ser fácil com uma dívida de R\$ 400.000.000,00, mas teremos um governo completo, com compromisso, um governo transparente que vai trabalhar pela eficiência revisando a estrutura da máquina pública, enxugando o que for necessário. Dando continuidade, passou a palavra ao Senhor Roberto Rizzo, representante da Comissão de Transição de Governo, que disse que temos no plano orçamentário três leis que uma decorre da outra, o Plano Plurianual que compreende a programação no governo, plano de gestão, e dele decorre a Lei de Diretrizes Orçamentárias que fala a regra do jogo e a Lei Orçamentária que estima a receita e define a despesa de acordo com aquelas premissas do Plano Plurianual. Citou o que prevê o Inciso 1 Parágrafo 1º Artigo 2º da atual Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei nº: 7.335/15 que o Inciso fala provisão dos gastos com pessoal em cargos sociais do Poder Executivo serão prioridades na construção da Lei Orçamentária e combinado ao Artigo 38 que fala como vai se fazer a metodologia de cálculo para previsão da despesa de pessoal. Registrou que isso foi tratado por esse governo, ele não sofreu isso no 1º ano porque a lei foi feita no governo passado, mas nos demais anos e propondo também para o ano de 2017, pois já temos uma Emenda do Vereador Anderson Juliano na área da saúde para reduzir esse

impacto, ele tem a negligência de não prever os recursos necessários para o pagamento de folha, principalmente na saúde. Disse que em uma reunião perguntou ao atual Secretário de Saúde qual é a folha dele e hoje compreende em R\$ 12.000.000,00 mensais, o que totaliza R\$ 150.000.000,00 anuais e que ele está prevendo R\$ 100.000.000,00 para pagar em um ano, um rombo de R\$ 60.000.000,00 em um ano. Registrou que isso aconteceu no ano retrasado e no ano passado. Disse que o governo não fez o básico, que era montar o seu orçamento e sua capacidade financeira em cima da realidade. Registrou que ele negligenciou uma programação e ele fez isso com a vida das pessoas. Disse que a ação promovida pelo SISEP, está conduzindo sequestrar recursos de destinação específica, conhecido como carimbados, uma obrigação a cumprir um objetivo em programas federais e estaduais, e quando ele tira esse recurso para pagar a folha isso cria consequências e essas não vão atuar agora, vão ficar para o mês que vem, que é o novo exercício e o novo governo vai ter que repor esses recursos, porque está infringindo o que determina as legislações, a gente está tirando R\$ 7.000.000,00 de um PAC de encostas que são destinados a salvar vidas, tirando recursos que têm objetivos de desenvolvimento econômico que vão prejudicar a economia do nosso município e em decorrência disso muitos empregos podem estar em risco. Registrou que se somarmos os valores vai chegar, aproximadamente, a R\$ 40.000.000,00, reposição desse valor, então quem está pagando o 13º salário, as consignações, o PASEP, que ele não paga há um ano e meio, o FGTS que não é recolhido, licenças que está dando agora, é o próximo governo, inviabilizando a gestão do próximo governo. Disse que esses valores vão impactar e muito no planejamento financeiro. Destacou que o próximo governo terá duas folhas para pagar R\$ 70.000.000,00, e R\$ 6.000.000,00 de férias dos profissionais de educação que ele também não vai pagar, vai ter 6,2% de reposição salarial, então vai ter um aumento no ano que vem só de folha que ele não pagou R\$ 101.000.000,00, em uma despesa que acumula R\$ 410.000.000,00, quer dizer, um quarto da despesa foi aumentada, de R\$ 410 para 500 milhões, um impacto em janeiro de R\$ 70.000.000,00 mais a folha de janeiro que tem que pagar, mais os R\$ 6.000.000,00 de férias, mais os R\$ 2.000.000,00 de reposição salarial, R\$ 113.000.000,00 para serem pagos em janeiro inviabiliza qualquer processo. Destacou que para termos as conquistas vamos ter que ter o diálogo, a transparência, a seriedade e a compreensão de todos e construirmos juntos uma nova realidade. Informou que o caixa do INPAS está zerado. Disse que terá que ter uma condução desse planejamento financeiro para amortizar essa dívida, isso sendo construído com transparência, com diálogo, com as entidades representantes de classe, pois o momento em que o País, o Estado e o Município passam por um cenário econômico que dificulta todo o processo, mas que tem o compromisso desse novo governo e vai fazer o exercício necessário para cumprir essa proposta. A seguir, a Dra. Juliana respondeu ao questionamento feito pelo Senhor Carlos André, se teria como fazer um adendo nessa ação existente e disse que essa ação não é denominada de ação, ela é um remédio, porque efetivamente é só uma tutela, se o Juiz não

tivesse concedido teria que adendar o processo e fazer os pedidos formais. Disse que infelizmente hoje não temos como adendar por duas razões: uma que é a ação mesmo, esse remédio não cabe um pedido novo, ele tem um objetivo que é o pagamento do 13º integral e o outro motivo é porque o 13º ainda não venceu. Disse que o intuito era que o governo estivesse presente e que ele falasse aqui que não ia ter dinheiro para pagar o salário e imediatamente íamos proceder o que fosse necessário para que isso fosse pago. Informou que já conversou com o Dr. Alexandre sobre o empréstimo da Caixa, da nossa preocupação que fosse descontado nessa 1ª parcela do 13º algum valor, só que como não era objeto da ação, não tivemos uma decisão para que não houvesse esse tipo de desconto e se, por ventura, ocorrer a negativação do seu nome pode processar a Caixa que até danos morais a pessoa vai ganhar, pois se já descontou do salário está pago, se o município não pagou a Caixa ela que cobre do município. Disse que, infelizmente, o processo do SEPE não está apensado ao nosso. Destacou que o sindicato sempre lutou pelos servidores e hoje a luta é do pagamento do 13º e do salário. A seguir, foram feitas algumas perguntas pelos servidores municipais. O Presidente, Vereador Meirelles, disse que se propôs, como Presidente da Comissão, abrir o diálogo, e pediu desculpas se não conseguiu, de alguma forma eficiente, trazer os secretários para que pudessem colaborar com esse momento tão grave que o nosso município vive, e talvez se sinta culpado de não ter convencido os mesmos de terem comparecido e participado desse processo, pois ganharia toda uma cidade. Referiu-se à citação da Senhora Gelza, dizendo que tem muita tranquilidade na sua atuação parlamentar durante esses quatro anos, sendo sempre um processo de aprendizado, mas tem um grande juiz que julga diariamente os seus atos, que é a sua consciência. Disse que nesse sentido propôs uma Audiência Pública para tratar de um assunto de grave relevância que é a ausência do pagamento dos recursos alimentícios dos servidores, e tempos atrás entendeu que deveria votar o aumento naquele momento, segundo as informações do governo, muitas vezes capengas. Registrou que naquele momento não teria condição plena de dar o aumento merecido de todos os servidores, portanto votou com a sua consciência e não está com demagogia, mas hoje vive o momento em que já se desligou do período eleitoral político-partidário, seu partido aqui hoje é ver os servidores até o final do ano com o seu merecido salário no bolso. Registrou que naquilo que for possível podem contar que este Vereador vai estar atuando e fazendo o seu trabalho. A Coordenadora do SEPE, Senhora Rose, solicitou uma Assembleia Geral conjunta com todo o funcionalismo no dia 19, às 18:00 horas, na escadaria da Câmara Municipal para saber se já existe encaminhamento para a 2ª parcela do 13º, se já tem o dinheiro e o que vamos fazer diante da situação. A seguir, o Vereador Anderson Juliano propôs uma reunião nesta Casa amanhã, às 14:00 horas, na Sala das Comissões, com os Vereadores, com o Jurídico da Casa, com a representação do funcionalismo, com o Jurídico do SEPE, do SISEP e dos Fiscais e com a OAB para encaminhar que tipo de ação vai estar propondo. Pediu ao Departamento Legislativo para avisar aos demais Vereadores sobre essa reunião. O Vereador

Silmar Fortes fez um encaminhamento para conversarem com o Dr. Alexandre para que convoque os secretários para darem os esclarecimentos, uma vez que eles não vêm a esta Casa. A seguir, o Presidente disse que com relação ao prazo de análise e do parecer do Jurídico, este Vereador não pode impor a eles e não sabe se o prazo é suficiente até amanhã. Sugeriu uma reunião com todos os Jurídicos das instituições que hoje aqui se fizeram presentes, com o Jurídico da Casa e com a OAB, no dia 19 de dezembro, porque até essa data o SISEP, que vem tendo um acesso ao processo de um arresto diário, poderia nos abastecer na segunda à tarde de uma informação mais atualizada nessas contas que foram localizadas na questão financeira, para que possamos responder aos questionamentos de alguns aqui presentes e a questão jurídica nesse mesmo dia já teríamos um resultado com o parecer jurídico em relação à atitude daqueles que não compareceram e nós deliberássemos uma ação de desrespeito à Lei Orgânica do Município e uma ação por parte da Casa Legislativa. O Vereador Anderson Juliano disse que acha premente essa reunião amanhã, às 14:00 horas, para fazer com que os homens públicos cumpram a Lei Orgânica e está propondo que o Jurídico da Casa com os demais Jurídicos entrem com uma ação e a mesma vai ser ingressada na segunda-feira, para que a gente consiga já na segunda propor a ação e ver se existe algum despacho. A seguir, o Presidente, Vereador Meirelles, informou que amanhã, às 14:00 horas, haverá uma reunião com as lideranças e Jurídicos, na segunda-feira, às 15:00 horas, outra reunião com a colaboração do Jurídico do SISEP trazendo os subsídios e às 17:00 horas a Assembleia do Sindicato nas escadarias da Câmara. Dando continuidade, a Coordenadora do SEPE, Senhora Rose, fez um agradecimento a Casa Legislativa por ceder sempre o seu espaço. O Presidente do SISEP, Senhor Osvaldo, disse que a diretoria está aguardando vencer o processo para marcar uma reunião da categoria, uma Assembleia Geral para dar as posições do que aconteceu com a 2ª parcela do 13º e já está em Ata a próxima convocação de categoria para prestar conta e outras questões a respeito desse processo judicial de arresto. Informou que existem duas questões que não abre mão em hipótese alguma, a reposição salarial de janeiro é da Prefeitura, não é de governo, e não abre mão dessa proposta de revogação dessa percentagem e nem de revogação do processo judicial contra a Prefeitura, é importante a proposta de mobilização, mas o arresto tem que continuar. A seguir, o Presidente questionou o Presidente do SISEP sobre a proposta que acabou de relatar, tendo o Senhor Osvaldo explicado que essa proposta não foi feita aqui nesta Casa e agradeceu ao Legislativo por ter votado os 6,20%. Disse que no dia 21 o sindicato tomará medidas não só jurídicas, mas também políticas, porque o arresto se concretiza dia 20 de dezembro e o sindicato irá convocar a categoria para dar boas notícias. A seguir, o Presidente da Comissão de Serviços Públicos, Servidores Públicos e Segurança Pública, Vereador Meirelles, agradeceu a presença de todos e encerrou a presente Audiência Pública, às vinte e duas horas e vinte minutos, na certeza do cumprimento dos deveres da Câmara Municipal de

Petrópolis. E eu, Vereador Roni Medeiros, Secretário desta Audiência Pública, escrevi esta para constar e assino. Petrópolis, 15 de dezembro de 2016.